

EXPERIÊNCIAS IMERSIVAS EM ECOVILAS COMO MECANISMOS DE DIFUSÃO DA CULTURA ECOLÓGICA: UMA ARTICULAÇÃO ENTRE A TEORIA DA DIFUSÃO DAS INOVAÇÕES, DE EVERETT ROGERS, E A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO, DE ANTHONY GIDDENS

IMMERSIVE EXPERIENCES IN ECO-VILLAGES AS MECHANISMS FOR THE DIFFUSION OF ECOLOGICAL CULTURE: A LINK BETWEEN EVERETT ROGERS' THEORY OF THE DIFFUSION OF INNOVATIONS AND ANTHONY GIDDENS' THEORY OF STRUCTURATION

EXPERIENCIAS INMERSIVAS EN ECOALDEAS COMO MECANISMOS DE DIFUSIÓN DE LA CULTURA ECOLÓGICA: UNA ARTICULACIÓN ENTRE LA TEORÍA DE LA DIFUSIÓN DE LAS INNOVACIONES, DE EVERETT ROGERS, Y LA TEORÍA DE LA ESTRUCTURACIÓN, DE ANTHONY GIDDENS

Jonas Fernandes Costa¹, Adebaro Alves dos Reis², Dina Jeciane Bonfim³, Cleuma Maria Pereira Cardoso⁴, Cleuta Machado da Silva dos Santos⁵, Manoel Gomes dos Santos⁶

DOI: 10.54899/dcs.v23i94.6669

Recibido: 14/07/2026 | Aceptado: 10/08/2026 | Publicación en línea: 18/08/2026.

RESUMO

Embora as ecovilas sejam amplamente reconhecidas como espaços de experimentação de práticas orientadas pela sustentabilidade, ainda são escassos os estudos que investigam como os conhecimentos, valores e formas de organização social produzidos nesses ambientes ultrapassam seus limites físicos e passam a ser apropriados e difundidos em outros contextos sociais. Partindo dessa lacuna, este artigo propõe uma articulação entre a Teoria da Difusão das Inovações, de Everett Rogers, e a Teoria da Estruturação, de Anthony Giddens, com o objetivo de compreender os mecanismos pelos quais as experiências imersivas em ecovilas contribuem para a difusão da cultura ecológica. Trata-se de um ensaio teórico fundamentado em revisão bibliográfica, no qual Rogers fornece os instrumentos para analisar os processos de comunicação, aprendizagem e adoção das inovações, enquanto Giddens amplia essa compreensão ao explicar como essas práticas são incorporadas às rotinas cotidianas, reinterpretadas pelos atores sociais e reproduzidas

¹ Mestre em sociologia, Instituto Federal do Pará (IFPA), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: costajonas059@gmail.com

² Doutor em economia solidária, Instituto Federal do Pará (IFPA), Castanhal, Pará, , Brasil.

E-mail: adebaro.reis@ifpa.edu.br

³ Mestre em educação, Instituto Federal do Pará (IFPA), Castanhal, Pará, , Brasil.

E-mail: dinajbonfim@gmail.com

⁴ Mestre em biologia, Instituto Federal do Pará (IFPA), Castanhal, Pará, , Brasil.

E-mail: cardosomra99@outlook.com

⁵ Especialista em educação, Instituto Federal do Pará (IFPA), Castanhal, Pará, , Brasil.

E-mail: cleutasantos40@gmail.com

⁶ Mestre em educação, Instituto Federal do Pará (IFPA), Castanhal, Pará, , Brasil.

E-mail: manoel.santos@ifpa.edu.br

ou transformadas em diferentes contextos. Argumenta-se que a difusão da cultura ecológica não se restringe à transmissão de informações ou à adoção de técnicas sustentáveis, mas constitui um processo social contínuo de aprendizagem, apropriação, reflexividade e reprodução de práticas sociais, cuja continuidade é fortalecida pelas interações estabelecidas entre os participantes para além do período de imersão.

Palavras-chave: Ecovilas. Cultura Ecológica. Difusão de Inovações. Teoria da Estruturação.

ABSTRACT

Although ecovillages are widely recognized as spaces for experimenting with sustainability-oriented practices, little attention has been given to understanding how the knowledge, values, and forms of social organization developed within these communities extend beyond their physical boundaries and become appropriated and disseminated in other social contexts. Addressing this gap, this theoretical essay proposes an articulation between Everett Rogers's *Diffusion of Innovations Theory* and Anthony Giddens's *Structuration Theory* to examine the mechanisms through which immersive experiences in ecovillages contribute to the diffusion of ecological culture. Based on a bibliographic review, the study argues that Rogers provides analytical tools for understanding the processes of communication, learning, and innovation adoption, whereas Giddens broadens this perspective by explaining how these practices become embedded in everyday routines, are reinterpreted through human agency and reflexivity, and are subsequently reproduced or transformed across different social contexts. It is argued that the diffusion of ecological culture extends beyond the transmission of information or the adoption of sustainable techniques, constituting instead a continuous social process of learning, practical appropriation, reflexivity, and the reproduction of social practices, whose continuity is reinforced by the interactions established among participants beyond the immersive experience itself.

Keywords: Ecovillages. Ecological Culture. Diffusion of Innovations. Structuration Theory.

RESUMEN

Aunque las ecoaldeas gozan de un amplio reconocimiento como espacios de experimentación de prácticas orientadas a la sostenibilidad, aún son escasos los estudios que investigan cómo los conocimientos, los valores y las formas de organización social que surgen en estos entornos traspasan sus límites físicos y pasan a ser adoptados y difundidos en otros contextos sociales. Partiendo de esta laguna, este artículo propone una articulación entre la Teoría de la Difusión de las Innovaciones, de Everett Rogers, y la Teoría de la Estructuración, de Anthony Giddens, con el objetivo de comprender los mecanismos mediante los cuales las experiencias inmersivas en las ecoaldeas contribuyen a la difusión de la cultura ecológica. Se trata de un ensayo teórico basado en una revisión bibliográfica, en el que Rogers proporciona las herramientas para analizar los procesos de comunicación, aprendizaje y adopción de las innovaciones, mientras que Giddens amplía esta comprensión al explicar cómo estas prácticas se incorporan a las rutinas cotidianas, son reinterpretadas por los actores sociales y se reproducen o transforman en diferentes contextos. Se argumenta que la difusión de la cultura ecológica no se limita a la transmisión de información ni a la adopción de técnicas sostenibles, sino que constituye un proceso social continuo de aprendizaje, apropiación, reflexividad y reproducción de prácticas sociales, cuya continuidad se ve reforzada por las interacciones que se establecen entre los participantes más allá del período de inmersión.

Palabras clave: Ecopueblos. Cultura Ecológica. Difusión de Innovaciones. Teoría de la Estructuración.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Desde Estocolmo 1972, vê-se a intensificação do debate em torno das crises socioambientais — expressas nas mudanças climáticas, na perda da biodiversidade e no aprofundamento das desigualdades sociais — tem-se ampliado o interesse por experiências que buscam construir formas alternativas de organização da vida coletiva e de relação entre sociedade e natureza. Nesse contexto, as ecovilas vêm despertando crescente atenção tanto de pesquisadores quanto de grupos interessados em modos de vida orientados por princípios ecológicos, comunitários e participativos. Conforme a literatura especializada, as ecovilas podem ser compreendidas como comunidades intencionais que buscam integrar, de forma articulada, as dimensões ecológica, social, econômica e cultural da sustentabilidade. Nesses espaços, são desenvolvidas e continuamente aperfeiçoadas práticas relacionadas à produção e ao consumo sustentáveis, à governança participativa, aos processos educativos e às formas de convivência comunitária, configurando-se como ambientes de experimentação e inovação social voltados à construção de modos de vida mais sustentáveis (Gilman, 1991; Dawson, 2006; Litfin, 2014).

Embora frequentemente associadas à permacultura, à bioconstrução, à agroecologia e ao uso de tecnologias ambientalmente apropriadas, as ecovilas não se restringem à adoção de soluções técnicas para problemas ambientais. Conforme argumentam Gilman (1991), Dawson (2006) e Litfin (2014), essas comunidades constituem experiências de reorganização da vida social nas quais dimensões ecológicas, econômicas, culturais e espirituais são articuladas em um mesmo projeto coletivo. Nessa perspectiva, sua principal característica reside na construção cotidiana de uma cultura ecológica, compreendida como um sistema de valores, significados, práticas e formas de organização social que orienta as relações entre seres humanos, comunidade e natureza. Essa compreensão aproxima-se da concepção antropológica de cultura como uma teia de significados compartilhados (Geertz, 1973) e dialoga com abordagens que questionam a separação moderna entre sociedade e natureza (Descola, 2005; Latour, 1991). A sustentabilidade deixa, assim, de ser concebida apenas como um conjunto de soluções tecnológicas ou

instrumentos de gestão ambiental para assumir um caráter essencialmente cultural, produzido e reproduzido por meio das práticas sociais.

Essa dimensão cultural torna-se particularmente evidente na crescente oferta de cursos, programas de residência, vivências comunitárias e processos de imersão promovidos por diversas ecovilas. Tais iniciativas transformam essas comunidades em ambientes de formação nos quais os participantes permanecem temporariamente inseridos na dinâmica cotidiana local, compartilhando atividades produtivas, processos decisórios, práticas comunitárias e experiências educativas. Nesses contextos, a aprendizagem não se limita à transmissão formal de conhecimentos, sendo construída, sobretudo, pela participação direta nas práticas sociais que estruturam a vida comunitária.

Apesar da expansão dessas iniciativas, observa-se que boa parte da produção acadêmica sobre ecovilas concentra-se na descrição de tecnologias sustentáveis, na análise de estilos de vida alternativos ou na investigação das dinâmicas comunitárias. Permanecem relativamente escassos, contudo, os estudos que procuram compreender como os conhecimentos, valores e práticas vivenciados nesses processos de imersão são apropriados pelos participantes e posteriormente difundidos em diferentes contextos sociais. Em outras palavras, ainda é pouco compreendido o modo pelo qual experiências localizadas passam a influenciar práticas sociais para além dos limites físicos das próprias ecovilas.

Parte-se, neste artigo, da hipótese de que as experiências imersivas desempenham papel estratégico nesse processo. Ao promoverem a inserção temporária dos participantes na vida cotidiana das comunidades, essas experiências favorecem não apenas a aprendizagem de conhecimentos relacionados à sustentabilidade, mas também a incorporação prática de novos modos de vida, formas de interação social e referenciais culturais orientados pela cooperação, pela responsabilidade ambiental e pela autogestão. Sob essa perspectiva, as experiências imersivas podem ser compreendidas como importantes mecanismos de difusão da cultura ecológica.

Compreender esse processo exige um referencial teórico capaz de explicar, simultaneamente, como conhecimentos, práticas e valores circulam entre diferentes atores sociais e como, uma vez apropriados, passam a integrar as rotinas cotidianas, produzindo mudanças nas práticas sociais e contribuindo para a constituição de novos referenciais culturais.

É nesse contexto que este artigo propõe uma articulação entre a Teoria da Difusão das Inovações, desenvolvida por Everett Rogers, e a Teoria da Estruturação, formulada por Anthony

Giddens. A perspectiva de Rogers oferece instrumentos para compreender os processos de comunicação, aprendizagem, adoção e difusão de práticas percebidas como inovações no interior de um sistema social. A contribuição de Giddens, por sua vez, permite compreender como essas práticas são incorporadas às rotinas cotidianas, reinterpretadas pelos atores sociais por meio da reflexividade e reproduzidas ou transformadas em diferentes contextos sociais.

A principal contribuição deste artigo consiste em demonstrar que a articulação entre essas duas perspectivas teóricas amplia a compreensão das experiências imersivas em ecovilas como mecanismos de difusão da cultura ecológica. Enquanto Rogers contribui para explicar como práticas, conhecimentos e valores passam a circular e a ser adotados por diferentes indivíduos, Giddens permite compreender como essas práticas são incorporadas ao cotidiano, reinterpretadas pelos sujeitos e reproduzidas em novos contextos sociais, conferindo continuidade ao processo de difusão.

Argumenta-se, por fim, que a difusão da cultura ecológica não pode ser reduzida à transmissão de conhecimentos ambientais nem à adoção de técnicas sustentáveis. Trata-se de um processo social contínuo no qual aprendizagem, experiência, incorporação prática, reflexividade e reprodução das práticas sociais constituem dimensões inseparáveis da transformação cultural. Nessa perspectiva, as ecovilas deixam de ser compreendidas apenas como comunidades alternativas e passam a ser analisadas como ambientes de aprendizagem experiencial nos quais a cultura ecológica é produzida, apropriada e difundida por meio das práticas sociais.

A TEORIA DA DIFUSÃO DAS INOVAÇÕES DE EVERETT ROGERS: CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DA DIFUSÃO DA CULTURA SUSTENTÁVEL

A compreensão dos processos pelos quais conhecimentos, práticas e valores relacionados à sustentabilidade são apropriados por diferentes grupos sociais exige referenciais teóricos capazes de explicar como novas ideias circulam, são aceitas e passam a integrar a vida cotidiana dos indivíduos. Nesse contexto, a Teoria da Difusão das Inovações, desenvolvida por Everett M. Rogers, constitui uma das principais contribuições das ciências sociais para o estudo dos processos de mudança social.

Publicada originalmente em 1962, a obra *Diffusion of Innovations* tornou-se um dos trabalhos mais influentes sobre inovação, sendo amplamente utilizada em áreas como sociologia,

comunicação, administração, saúde pública, educação, extensão rural e desenvolvimento tecnológico. Embora sua formulação inicial estivesse fortemente relacionada à adoção de tecnologias agrícolas por produtores rurais norte-americanos, a teoria foi progressivamente ampliada, passando a explicar a difusão de diferentes tipos de inovação, incluindo mudanças organizacionais, práticas educativas, políticas públicas e inovações sociais.

Para Rogers (2003), a difusão consiste em um processo social por meio do qual uma inovação é comunicada ao longo do tempo entre os membros de um sistema social por intermédio de determinados canais de comunicação. Essa definição evidencia que a difusão não pode ser compreendida apenas como transmissão de informações. Trata-se de um fenômeno relacional, no qual indivíduos interpretam, avaliam, negociam e ressignificam continuamente os conhecimentos que recebem.

A própria noção de inovação, nessa perspectiva, possui um significado específico. Rogers não restringe inovação à criação de tecnologias inéditas ou produtos sofisticados. Uma inovação corresponde a qualquer ideia, prática ou objeto percebido como novo por um indivíduo ou por um grupo social. O caráter inovador não reside necessariamente na novidade objetiva da prática, mas na forma como ela é percebida pelos potenciais adotantes.

Essa concepção apresenta especial relevância para pesquisas sobre sustentabilidade. Nas ecovilas, por exemplo, muitas práticas frequentemente associadas à inovação — como a compostagem, os sistemas agroflorestais, a bioconstrução, o saneamento ecológico, a economia solidária e a governança participativa — não constituem, necessariamente, novidades do ponto de vista histórico. Em muitos casos, essas práticas se fundamentam em conhecimentos tradicionais, técnicas vernaculares e saberes ancestrais que vêm sendo reinterpretados e adaptados às demandas socioambientais contemporâneas (Mollison, 1988; Holmgren, 2002; Dawson, 2006; Litfin, 2014). Sob a perspectiva da Teoria da Difusão das Inovações, entretanto, tais práticas podem ser compreendidas como inovações sempre que forem percebidas pelos indivíduos ou grupos sociais como novas alternativas em relação às práticas anteriormente adotadas, independentemente de sua origem histórica (Rogers, 2003). Assim, o caráter inovador não reside necessariamente na criação de novos conhecimentos, mas na forma como esses conhecimentos são apropriados, ressignificados e incorporados em novos contextos sociais.

Essa característica amplia significativamente o alcance analítico da teoria, permitindo compreender a sustentabilidade não apenas como inovação tecnológica, mas como processo de transformação cultural.

A Difusão como Processo Social

Um dos pressupostos centrais da Teoria da Difusão das Inovações é que a adoção de uma inovação não depende exclusivamente de suas características técnicas ou de sua eficiência objetiva. Para Rogers (2003), a difusão constitui um processo social por meio do qual uma inovação é comunicada, ao longo do tempo, por determinados canais de comunicação entre os membros de um sistema social. Nessa perspectiva, quatro elementos estruturam o processo de difusão: a inovação, os canais de comunicação, o tempo e o sistema social (Rogers, 2003)

A inovação representa o conjunto de práticas ou conhecimentos que se pretende difundir. Os canais de comunicação correspondem aos meios pelos quais essas informações circulam entre indivíduos e grupos. O tempo refere-se tanto ao período necessário para que cada indivíduo decida adotar determinada prática quanto ao ritmo pelo qual a inovação se dissemina na coletividade. O sistema social corresponde ao conjunto de relações, normas, valores e instituições dentro das quais ocorre esse processo.

Esses quatro elementos evidenciam que a adoção de uma inovação não decorre de um simples ato racional ou individual. Trata-se de um fenômeno profundamente influenciado pelas redes de interação social, pelos mecanismos de confiança, pelas lideranças locais, pelas experiências compartilhadas e pelos contextos culturais nos quais os indivíduos estão inseridos.

Sob essa perspectiva, as experiências imersivas desenvolvidas nas ecovilas assumem importância particular. Diferentemente de processos convencionais de ensino, baseados predominantemente na transmissão de conteúdos, as vivências comunitárias proporcionam intensa interação social entre moradores e visitantes. O conhecimento deixa de circular apenas por meio de informações verbais, sendo construído a partir da observação direta, da participação nas atividades cotidianas e da convivência prolongada com indivíduos, de rituais que já incorporaram determinadas práticas sustentáveis.

Essa característica aproxima a aprendizagem realizada nas ecovilas daquilo que Rogers (2003) identifica como canais interpessoais de comunicação, considerados particularmente eficazes nos processos de adoção de inovações. A confiança estabelecida entre os participantes, aliada à observação concreta dos resultados obtidos pelas práticas ecológicas, tende a reduzir incertezas e favorecer sua posterior incorporação.

A Decisão pela Adoção das Inovações

Ao contrário de interpretações que compreendem a difusão como resultado automático da circulação de informações, Rogers (2003) demonstra que a adoção de uma inovação constitui um processo social e cognitivo de tomada de decisão. A simples exposição a uma nova ideia não garante sua incorporação às práticas dos indivíduos, uma vez que a adoção depende da forma como a inovação é percebida, interpretada e avaliada pelos potenciais adotantes no interior de seus contextos sociais.

Para explicar esse processo, Rogers (2003) propõe cinco estágios sucessivos do processo decisório da inovação (*innovation-decision process*): conhecimento (*knowledge*), persuasão (*persuasion*), decisão (*decision*), implementação (*implementation*) e confirmação (*confirmation*). Inicialmente, o indivíduo toma conhecimento da existência da inovação; em seguida, forma atitudes favoráveis ou desfavoráveis a partir da avaliação de atributos como vantagem relativa, compatibilidade, complexidade, possibilidade de experimentação e observabilidade. Com base nessa avaliação, decide adotar ou rejeitar a inovação. Quando ocorre a adoção, inicia-se sua incorporação às práticas cotidianas por meio da implementação, culminando na fase de confirmação, na qual a decisão é reforçada, revista ou eventualmente abandonada diante das experiências vividas e das influências do contexto social.

Essa sequência evidencia que a aprendizagem constitui apenas o primeiro momento do processo de difusão. Entre conhecer uma inovação e incorporá-la às práticas cotidianas existe um percurso marcado por experimentações, avaliações sucessivas e adaptações realizadas pelos próprios atores sociais. É nesse movimento que a contribuição de Giddens se torna particularmente relevante, ao compreender que os indivíduos monitoram continuamente suas ações e seus efeitos, ajustando suas práticas à luz das experiências acumuladas e das circunstâncias em que atuam. Essa reflexividade (Giddens, 1984; 1991) permite compreender por que a adoção de uma inovação não representa um ato pontual, mas um processo permanente de incorporação, ressignificação e reprodução das práticas sociais.

Essa observação possui implicações relevantes para o estudo das ecovilas. Participar de um curso sobre agroecologia, por exemplo, não significa automaticamente que o participante adotará práticas agroecológicas após retornar à sua comunidade de origem. Da mesma forma, conhecer princípios da permacultura não implica sua imediata aplicação. A incorporação dessas práticas depende de processos posteriores de experimentação, adaptação às condições locais e

validação social.

Nesse sentido, as experiências imersivas apresentam uma característica singular: reduzem a distância entre conhecimento e prática. Ao viver temporariamente na comunidade, o participante não apenas recebe informações, mas experimenta diretamente os efeitos das práticas sustentáveis, observando seu funcionamento em situações concretas. A experiência cotidiana torna-se, assim, parte integrante do próprio processo de adoção da inovação.

Os Atributos das Inovações

Outro aspecto importante da teoria de Rogers refere-se aos atributos da inovação que influenciam sua velocidade de adoção. Segundo o autor, uma inovação tende a ser adotada mais rapidamente quando é percebida pelos potenciais adotantes como portadora de vantagem relativa, compatível com seus valores e experiências anteriores, de baixa complexidade, passível de experimentação e capaz de produzir resultados facilmente observáveis (ROGERS, 2003). Esses atributos oferecem importantes elementos analíticos para compreender por que determinadas práticas, conhecimentos e formas de organização social associados à cultura ecológica são incorporados com maior facilidade do que outros. Contudo, no contexto das ecovilas, o que se difunde não se restringe à adoção de técnicas sustentáveis isoladas, mas envolve a apropriação de um conjunto articulado de valores, saberes e práticas que orientam novas formas de relação entre sociedade e natureza. É justamente nesse ponto que a Teoria da Estruturação amplia o alcance analítico da proposta de Rogers, ao possibilitar compreender como essas inovações são incorporadas às rotinas cotidianas, reinterpretadas pelos atores sociais e reproduzidas ou transformadas no interior das estruturas sociais (Giddens, 1984; 1991).

A compostagem doméstica, por exemplo, pode ser percebida como vantajosa por reduzir resíduos e produzir adubo orgânico; apresenta relativa simplicidade de implementação; pode ser experimentada em pequena escala; e seus resultados tornam-se rapidamente visíveis. Em contrapartida, práticas que exigem elevados investimentos financeiros ou profundas alterações no estilo de vida tendem a apresentar processos de adoção mais lentos.

Nas ecovilas, esses atributos frequentemente são potencializados pelas próprias experiências imersivas. A convivência cotidiana permite aos visitantes observar diretamente os resultados das práticas sustentáveis, experimentar sua utilização em condições reais e discutir dúvidas com indivíduos que já incorporaram essas práticas ao longo de vários anos. Dessa forma,

reduz-se a percepção de risco normalmente associada às inovações.

Além disso, a aprendizagem experiencial favorece a construção de significados compartilhados. A inovação deixa de ser percebida apenas como uma técnica, passando a integrar um conjunto mais amplo de valores relacionados à cooperação, ao cuidado ambiental, à autonomia e à vida comunitária. Esse processo, contudo, não se encerra ao término da experiência de imersão. Em muitos casos, os participantes permanecem vinculados por meio de grupos em aplicativos de mensagens, redes sociais e outras plataformas digitais, nas quais compartilham experiências, esclarecem dúvidas, indicam fornecedores, divulgam cursos e trocam informações sobre a implementação das práticas vivenciadas. Paralelamente, a busca por conteúdos relacionados à sustentabilidade e às ecovilas em mecanismos de pesquisa e plataformas digitais tende a ampliar a exposição dos participantes a novos conteúdos sobre o tema, em função das formas pelas quais esses sistemas organizam e recomendam informações. Dessa forma, a experiência presencial articula-se a interações digitais contínuas que contribuem para reforçar a aprendizagem, ampliar a circulação de conhecimentos e favorecer a difusão da cultura ecológica para além dos limites físicos das ecovilas.

Difusão das Inovações e Inovação Social

Embora Rogers tenha desenvolvido sua teoria em um contexto marcado pela modernização agrícola, sua abordagem revela grande potencial para o estudo das chamadas inovações sociais. Diferentemente das inovações tecnológicas, as inovações sociais dizem respeito a novos modos de organização, cooperação, participação e resolução de problemas coletivos.

Sob essa perspectiva, as ecovilas podem ser compreendidas como espaços privilegiados de experimentação e difusão de inovações sociais voltadas à sustentabilidade. Durante as experiências de imersão, moradores e visitantes compartilham práticas relacionadas à alimentação, à produção agrícola, à bioconstrução, à educação, à economia, à governança e à convivência comunitária, vivenciando formas alternativas de organização da vida cotidiana. Entretanto, esse processo não se encerra com o término da permanência na comunidade. Em muitos casos, os vínculos estabelecidos durante a imersão estendem-se para além do espaço físico das ecovilas por meio de redes de comunicação mantidas em aplicativos de mensagens, redes sociais e outros ambientes digitais, nos quais os participantes continuam trocando experiências,

compartilhando conhecimentos, indicando materiais, cursos e fornecedores, além de acompanhar as atividades desenvolvidas pela comunidade. Dessa forma, a experiência imersiva constitui o ponto de partida de um processo contínuo de interação e aprendizagem que contribui para ampliar a circulação e a difusão da cultura ecológica em diferentes contextos sociais.

Entretanto, a principal contribuição da teoria de Rogers para este trabalho não reside apenas na compreensão da circulação dessas práticas. Seu maior potencial consiste em oferecer instrumentos analíticos para compreender os mecanismos pelos quais experiências imersivas favorecem a adoção de novos referenciais culturais pelos participantes.

Entretanto, a Teoria da Difusão das Inovações concentra sua atenção, sobretudo, nos processos pelos quais novas ideias, práticas e tecnologias são comunicadas, percebidas e adotadas pelos indivíduos. Uma vez compreendidos os mecanismos de adoção, permanecem questões que extrapolam o escopo analítico da teoria: o que ocorre quando uma inovação passa a integrar a vida cotidiana? Como práticas inicialmente aprendidas em um contexto específico tornam-se rotinas socialmente compartilhadas? E de que maneira sua incorporação pode contribuir para reproduzir ou transformar valores, relações sociais e formas de organização da vida coletiva?

Responder a essas questões exige deslocar o foco analítico da difusão das inovações para os processos de constituição e reprodução das práticas sociais. É precisamente nesse ponto que a Teoria da Estruturação, desenvolvida por Anthony Giddens (1984), amplia as possibilidades analíticas abertas por Rogers. Ao compreender as práticas sociais como resultado da interação contínua entre ação e estrutura, Giddens oferece um referencial capaz de explicar como conhecimentos e práticas associados à cultura ecológica deixam de constituir experiências pontuais para serem incorporados às rotinas cotidianas, reproduzindo ou transformando as estruturas sociais nas quais os indivíduos estão inseridos.

A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO DE ANTHONY GIDDENS: PRÁTICAS SOCIAIS, REFLEXIVIDADE E REPRODUÇÃO DA CULTURA SUSTENTÁVEL

A compreensão da difusão da cultura ecológica não pode restringir-se à análise dos mecanismos pelos quais novas ideias, conhecimentos ou práticas circulem entre indivíduos e grupos sociais. Embora a Teoria da Difusão das Inovações, de Everett Rogers, ofereça um sólido referencial para compreender os processos de comunicação, aprendizagem e adoção de

inovações, seu foco analítico concentra-se nas condições que favorecem ou dificultam a difusão e a adoção dessas inovações. A compreensão de como elas passam a integrar as rotinas cotidianas, tornando-se práticas sociais relativamente estáveis e potencialmente capazes de reproduzir ou transformar formas de organização social, exige um referencial teórico complementar.

Nesse contexto, a Teoria da Estruturação, desenvolvida por Anthony Giddens e sistematizada principalmente em *The Constitution of Society* (1984), amplia o alcance analítico da discussão ao deslocar o foco da difusão das inovações para a constituição e a reprodução das práticas sociais. Ao elaborar essa teoria, Giddens buscou superar uma das dicotomias mais persistentes das Ciências Sociais — a separação entre ação e estrutura — propondo que ambas constituem dimensões inseparáveis da vida social. Essa perspectiva oferece uma base consistente para compreender como conhecimentos, valores e práticas associados à cultura ecológica são continuamente apropriados, reinterpretados e reproduzidos pelos atores sociais em diferentes contextos de interação.

Historicamente, uma parte significativa da tradição sociológica buscou explicar a vida social a partir da primazia das estruturas sociais, compreendidas como sistemas de normas, instituições e relações que condicionam ou limitam a ação dos indivíduos, perspectiva presente, com diferentes enfoques, no funcionalismo e no estruturalismo (Durkheim, 2007; Parsons, 1951; Giddens, 1984). Em sentido distinto, correntes como a fenomenologia e o interacionismo simbólico enfatizaram a capacidade dos atores sociais de produzir e atribuir significados às suas ações, conferindo maior centralidade à agência humana (Schutz, 1979; Blumer, 1969; Giddens, 1984).

Para Giddens (1984), ambas as perspectivas se tornam limitadas quando consideradas isoladamente. A sociedade não pode ser compreendida nem como simples resultado da ação voluntária dos indivíduos, nem como produto exclusivo de estruturas que determinam seus comportamentos. Com o conceito de dualidade da estrutura, o autor propõe superar essa dicotomia ao sustentar que estrutura e ação constituem dimensões inseparáveis do mesmo processo social. As estruturas sociais são, simultaneamente, meio e resultado das práticas realizadas pelos atores, sendo continuamente produzidas e reproduzidas no curso da vida social (Giddens, 1984).

A dualidade da Estrutura

A ideia de dualidade da estrutura constitui o eixo central da Teoria da Estruturação. Em oposição às concepções que tratam a estrutura como uma realidade externa e coercitiva em relação aos indivíduos, Giddens (1984) argumenta que as estruturas sociais existem apenas na medida em que são continuamente produzidas e reproduzidas pelas práticas dos atores sociais. Nessa perspectiva, estrutura e ação não constituem dimensões independentes, mas aspectos inseparáveis do mesmo processo social.

Para Giddens (1984), as estruturas sociais são compostas por regras e recursos que orientam e, ao mesmo tempo, possibilitam a ação humana. Essas regras, entretanto, não operam como determinações absolutas, pois somente permanecem existindo quando são mobilizadas, interpretadas e utilizadas pelos próprios atores no curso de suas práticas cotidianas.

Assim, ao agir, os indivíduos recorrem a regras e recursos socialmente disponíveis, mas, simultaneamente, contribuem para sua reprodução ou transformação. A sociedade, portanto, não constitui apenas o contexto no qual a ação ocorre; ela é também o resultado contínuo das práticas sociais que a produzem e a reproduzem (Giddens, 1984).

Essa formulação apresenta implicações importantes para o estudo da sustentabilidade. A cultura ecológica não pode ser compreendida apenas como um conjunto de valores abstratos transmitidos aos indivíduos. Ela constitui um sistema de práticas sociais que somente permanece existindo porque é continuamente reproduzido nas atividades cotidianas daqueles que a incorporam.

Nas ecovilas, por exemplo, práticas como compostagem, mutirões comunitários, manejo agroecológico, bioconstrução ou processos coletivos de tomada de decisão não existem apenas como normas estabelecidas. Elas são continuamente recriadas pelos moradores e participantes das experiências imersivas, que as interpretam, adaptam e reproduzem em situações concretas.

Agência: a Capacidade Transformadora dos Atores Sociais

Outro conceito fundamental da Teoria da Estruturação é o de agência. Para Giddens (1984), os indivíduos não constituem agentes passivos submetidos às estruturas sociais, mas atores dotados da capacidade de intervir nas circunstâncias em que atuam. Toda ação pressupõe o exercício de algum grau de poder, entendido como a capacidade de agir de maneira diferente e

de produzir efeitos sobre o curso das relações sociais. Embora suas ações sejam realizadas em contextos estruturados, os indivíduos interpretam regras, mobilizam recursos e fazem escolhas que podem reproduzir ou transformar as estruturas existentes.

Essa concepção afasta-se tanto das abordagens estruturalistas, que atribuem primazia às estruturas sociais, quanto das perspectivas excessivamente voluntaristas, que desconsideram os condicionamentos históricos e institucionais da ação. Para Giddens (1984), a ação social resulta da interação permanente entre agência e estrutura, sendo ambas mutuamente constitutivas.

No contexto das ecovilas, essa perspectiva apresenta especial relevância. Os participantes das experiências imersivas não podem ser compreendidos como receptores passivos de conhecimentos e práticas associados à cultura ecológica. Ao contrário, cada indivíduo interpreta essas experiências à luz de sua trajetória, de seus conhecimentos prévios, de seus valores e das condições sociais em que está inserido. Ao retornar aos seus contextos de origem, apropria-se seletivamente das práticas vivenciadas, adaptando-as às possibilidades e aos limites de sua vida cotidiana.

Desse modo, a difusão da cultura ecológica não ocorre como um processo homogêneo de reprodução de práticas. Os conhecimentos, valores e formas de organização social vivenciados durante a imersão são continuamente reinterpretados, ressignificados e transformados pelos próprios atores sociais. É precisamente essa capacidade de apropriação criativa que torna a agência um elemento central para compreender como a cultura ecológica se difunde e assume configurações distintas em diferentes contextos sociais.

Consciência Prática e Consciência Discursiva

Uma distinção central da Teoria da Estruturação é aquela estabelecida entre consciência discursiva e consciência prática (Giddens, 1984). A consciência discursiva refere-se aos conhecimentos que os indivíduos são capazes de verbalizar, explicar e justificar quando questionados acerca de suas ações. A consciência prática, por sua vez, corresponde aos saberes incorporados às rotinas cotidianas, mobilizados na ação sem que, necessariamente, sejam objeto de explicitação ou reflexão consciente.

Essa distinção apresenta especial relevância para pesquisas de natureza etnográfica. Nas ecovilas, grande parte das práticas associadas à cultura ecológica — como o manejo agroecológico, a bioconstrução, o saneamento ecológico, a organização comunitária e outras

formas de trabalho coletivo — é aprendida predominantemente por meio da participação direta nas atividades cotidianas. Trata-se de conhecimentos que se consolidam na prática, sendo progressivamente incorporados às rotinas dos participantes mais pela experiência compartilhada do que pela transmissão formal de informações.

Sob essa perspectiva, a observação participante torna-se um procedimento metodológico particularmente adequado, pois possibilita compreender não apenas os discursos produzidos pelos participantes, mas também os conhecimentos tácitos que orientam suas práticas. A distinção proposta por Giddens evidencia que parte significativa da vida social se realiza no âmbito da consciência prática, razão pela qual a análise das ações cotidianas constitui elemento indispensável para compreender os processos de produção e difusão da cultura ecológica.

Essa perspectiva aproxima a Teoria da Estruturação da tradição etnográfica inaugurada por Bronislaw Malinowski (1978) e posteriormente desenvolvida por Clifford Geertz (1989). Enquanto Geertz enfatiza a interpretação dos significados culturalmente compartilhados, Giddens dirige sua atenção aos processos pelos quais esses significados são continuamente produzidos, reproduzidos e transformados nas práticas sociais. Longe de constituírem perspectivas concorrentes, ambas se mostram complementares para a compreensão dos processos de aprendizagem, incorporação e difusão da cultura ecológica nas ecovilas.

Reflexividade e Transformação Social

Segundo Giddens (1984), toda ação social envolve um processo contínuo de monitoramento reflexivo da ação, por meio do qual os indivíduos acompanham suas próprias condutas, interpretam as circunstâncias em que atuam e avaliam as consequências de suas práticas. Essa capacidade reflexiva permite revisar experiências, reinterpretar situações e modificar comportamentos diante de novas condições sociais.

Na modernidade, esse processo adquire maior intensidade em razão da circulação permanente de informações e da crescente necessidade de revisão das práticas cotidianas (Giddens, 1991). Os indivíduos passam a refletir continuamente sobre seus estilos de vida, suas escolhas de consumo, suas práticas alimentares, suas formas de trabalho e suas relações com o meio ambiente, incorporando novos conhecimentos e reavaliando rotinas anteriormente naturalizadas.

As experiências imersivas nas ecovilas podem intensificar esse processo reflexivo ao

deslocar temporariamente os participantes de seus contextos habituais e inseri-los em formas alternativas de organização da vida cotidiana. A vivência direta de práticas relacionadas à alimentação, ao manejo dos recursos naturais, à produção agrícola, à gestão dos resíduos, à organização comunitária e às formas de convivência cria condições para que hábitos e pressupostos anteriormente naturalizados sejam objeto de questionamento e reavaliação.

Nessa perspectiva, a imersão não produz, por si só, mudanças duradouras, mas cria condições favoráveis para que os participantes reinterpretem suas experiências, reconstruam significados e reconsiderem práticas cotidianas. Quando articulados às interações sociais que se prolongam após a experiência — por meio das redes estabelecidas entre participantes, comunidades e ambientes digitais — esses processos reflexivos podem favorecer a incorporação e a difusão da cultura ecológica em diferentes contextos sociais.

As práticas sociais como unidade de análise

Uma das contribuições mais relevantes da Teoria da Estruturação para esta pesquisa consiste em direcionar a atenção analítica para as práticas sociais, compreendidas como o espaço no qual ação e estrutura se articulam continuamente (Giddens, 1984). É nas práticas cotidianas que regras são mobilizadas, recursos são utilizados, significados são compartilhados e as relações sociais são produzidas e reproduzidas.

O interesse do trabalho não consiste apenas em identificar se participantes das experiências imersivas adotam determinadas práticas após deixarem as ecovilas, mas compreender como essas práticas são aprendidas, apropriadas, reinterpretadas e incorporadas às rotinas cotidianas, bem como de que maneira são posteriormente compartilhadas, adaptadas e difundidas em outros contextos sociais.

Ao privilegiar a observação das práticas, a análise desloca-se da simples identificação da adoção de técnicas sustentáveis para a compreensão dos processos pelos quais conhecimentos, valores e formas de organização social associados à cultura ecológica são continuamente produzidos e reproduzidos. Nessa perspectiva, a cultura ecológica deixa de ser entendida apenas como um conjunto abstrato de princípios e passa a ser concebida como um sistema de práticas sociais que se realiza nas ações cotidianas dos indivíduos e nas relações que estabelecem entre si e com o ambiente (Giddens, 1984; Geertz, 1989).

Contribuições da Teoria da Estruturação para o Estudo das Ecovilas

Aplicada ao estudo das ecovilas, a Teoria da Estruturação permite compreendê-las não apenas como comunidades orientadas por princípios ecológicos, mas como contextos sociais nos quais práticas, valores, saberes e formas de organização da vida coletiva são continuamente produzidos, compartilhados e reproduzidos. Nessa perspectiva, a cultura ecológica não constitui um conjunto abstrato de princípios, mas um sistema de práticas sociais que se realiza nas interações cotidianas entre moradores, visitantes e demais participantes das experiências comunitárias.

As experiências imersivas deixam, assim, de ser interpretadas exclusivamente como atividades educativas ou processos de transmissão de conhecimentos. Elas podem ser compreendidas como contextos privilegiados de aprendizagem prática, nos quais os participantes experimentam modos alternativos de produzir, consumir, conviver, decidir e relacionar-se com o ambiente. Ao retornarem aos seus contextos de origem, levam consigo não apenas informações sobre técnicas ou tecnologias ambientalmente orientadas, mas formas de agir, interpretar e atribuir significado às suas relações com a natureza e com a vida comunitária.

Entretanto, esse processo não se encerra com o término da imersão. Que funciona como um rito de encontro que reafirma práticas e valores. Os vínculos estabelecidos durante a experiência frequentemente se prolongam por meio de redes de interação mantidas em aplicativos de mensagens, redes sociais e outros ambientes digitais, nos quais os participantes continuam compartilhando conhecimentos, esclarecendo dúvidas, indicando materiais, divulgando cursos e acompanhando as atividades das comunidades. Essas interações ampliam as oportunidades de aprendizagem, favorecem a reflexividade e contribuem para a incorporação gradual da cultura ecológica às práticas cotidianas dos participantes.

Sob essa perspectiva, a Teoria da Estruturação oferece um referencial consistente para compreender como conhecimentos e práticas são apropriados, reinterpretados e incorporados às rotinas sociais. Contudo, seu foco analítico recai sobre a constituição e a reprodução das práticas sociais, e não sobre os mecanismos pelos quais essas práticas passam inicialmente a circular entre diferentes indivíduos e grupos. É justamente nesse ponto, como mostramos anteriormente, que a aproximação com a Teoria da Difusão das Inovações revela seu potencial analítico.

Enquanto Rogers (2003) oferece instrumentos para compreender como conhecimentos, práticas e formas de organização social associados à cultura ecológica são comunicados,

percebidos e adotados, Giddens (1984; 1991) permite analisar como esses elementos são incorporados às práticas cotidianas, continuamente monitorados pelos atores sociais e reproduzidos ou transformados ao longo do tempo. A articulação entre essas perspectivas possibilita acompanhar o processo de difusão em toda a sua extensão: desde a experiência inicial de aprendizagem nas ecovilas, passando pela incorporação reflexiva das práticas e pela continuidade dos vínculos sociais estabelecidos durante a imersão, até sua reprodução e adaptação em diferentes contextos sociais. Nessa perspectiva, a difusão da cultura ecológica não se reduz à transmissão de informações ou à adoção de técnicas sustentáveis, mas constitui um processo social contínuo de aprendizagem, reflexividade, interação e transformação das práticas sociais.

ARTICULANDO A TEORIA DA DIFUSÃO DAS INOVAÇÕES E A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO: UMA PROPOSTA ANALÍTICA PARA O ESTUDO DA DIFUSÃO DA CULTURA ECOLÓGICA EM ECOVILAS

As seções anteriores evidenciaram que tanto a Teoria da Difusão das Inovações, proposta por Everett Rogers, quanto a Teoria da Estruturação, desenvolvida por Anthony Giddens, oferecem contribuições relevantes para compreender processos de mudança social. Contudo, cada uma dessas perspectivas dirige sua atenção para dimensões distintas desse processo. Essa diferença de enfoque, longe de representar uma incompatibilidade, evidencia a possibilidade de uma articulação teórica capaz de ampliar a compreensão da difusão da cultura ecológica por meio das experiências imersivas em ecovilas.

A Teoria da Difusão das Inovações concentra-se nos mecanismos pelos quais conhecimentos, práticas e formas de organização social passam a circular entre indivíduos e grupos sociais. Seu interesse recai sobre os processos de comunicação, aprendizagem, percepção e adoção das inovações, permitindo compreender como novas práticas tornam-se conhecidas e gradualmente incorporadas pelos potenciais adotantes (Rogers, 2003).

A Teoria da Estruturação, por sua vez, desloca o foco analítico para os processos pelos quais essas práticas são apropriadas, reinterpretadas e incorporadas às rotinas cotidianas. O interesse de Giddens (1984; 1991) reside em compreender como as ações dos indivíduos, realizadas no interior de contextos estruturados, contribuem para a reprodução ou transformação das práticas e das estruturas sociais ao longo do tempo.

Essas perspectivas não descrevem processos concorrentes, mas dimensões complementares de um mesmo fenômeno. Enquanto Rogers contribui para explicar como conhecimentos e práticas associados à cultura ecológica são difundidos e adotados, Giddens permite compreender como esses conhecimentos deixam de constituir experiências pontuais para integrarem o cotidiano dos indivíduos, sendo continuamente reinterpretados, adaptados e reproduzidos em diferentes contextos sociais.

Essa complementaridade mostra-se particularmente fecunda para o estudo das ecovilas. As experiências imersivas podem ser compreendidas como o momento inicial de um processo de difusão que não se encerra com a adoção das práticas vivenciadas. Ao contrário, a incorporação dessas práticas, sua continuidade por meio das redes de interação estabelecidas entre participantes e comunidades e sua adaptação aos diferentes contextos de vida constituem etapas de um mesmo processo de produção, reprodução e difusão da cultura ecológica.

As Ecovilas como Ambientes de Inovação Social

Neste estudo, as ecovilas são compreendidas como ambientes de experimentação e difusão de inovações sociais associadas à construção de uma cultura ecológica. Diferentemente das concepções tradicionais de inovação, frequentemente vinculadas ao desenvolvimento de novas tecnologias, as experiências desenvolvidas nessas comunidades envolvem transformações nas formas de produzir, consumir, habitar, educar, organizar a vida coletiva e estabelecer relações com o ambiente.

Nessa perspectiva, a inovação não se restringe à adoção de técnicas específicas — como a bioconstrução, a agroecologia ou o saneamento ecológico —, mas abrange um conjunto articulado de valores, conhecimentos, normas, práticas e formas de organização social que orientam modos alternativos de viver e de interpretar a relação entre sociedade e natureza. É esse conjunto que, nesta pesquisa, é compreendido como cultura ecológica.

Essa cultura é compartilhada por meio de diferentes práticas formativas desenvolvidas pelas ecovilas, entre as quais se destacam cursos, oficinas, programas de residência, vivências comunitárias e experiências imersivas. Sob a perspectiva de Rogers (2003), esses espaços constituem importantes canais de comunicação e aprendizagem, favorecendo o contato dos participantes com novas práticas e ampliando as possibilidades de sua adoção.

Entretanto, diferentemente dos processos de difusão fundamentados predominantemente

na circulação de informações, as experiências imersivas inserem os participantes diretamente nas práticas que estruturam a vida comunitária. A aprendizagem ocorre pela observação, pela participação e pela vivência cotidiana, permitindo que conhecimentos, habilidades e valores sejam progressivamente incorporados às ações dos indivíduos.

É justamente nesse ponto que a articulação entre Rogers e Giddens adquire maior potencial explicativo. Enquanto Rogers permite compreender como a cultura ecológica passa a ser conhecida, comunicada e adotada pelos participantes, Giddens possibilita analisar como essa aprendizagem é incorporada às práticas sociais, continuamente reinterpretada por meio da reflexividade e reproduzida ou transformada em diferentes contextos de vida. Assim, a experiência imersiva deixa de representar apenas um momento de transmissão de conhecimentos e passa a constituir o início de um processo contínuo de aprendizagem, interação social e difusão da cultura ecológica.

A Experiência Imersiva como Mediação entre Aprendizagem e Prática

Quando o objeto de investigação envolve processos de mudança cultural, a compreensão da difusão não pode limitar-se ao momento em que uma inovação é conhecida ou adotada pelos indivíduos. Embora a Teoria da Difusão das Inovações explique de forma consistente como novas ideias, práticas e tecnologias passam a circular e a ser incorporadas pelos potenciais adotantes (Rogers, 2003), a consolidação dessas mudanças depende de processos posteriores de apropriação, experimentação e incorporação às práticas cotidianas. A adoção, nesse sentido, representa uma etapa importante da difusão, mas não necessariamente seu desfecho.

Essa questão assume particular relevância no estudo das ecovilas. Conhecer práticas relacionadas à cultura ecológica ou concordar com determinados valores ambientais não implica, por si só, sua incorporação à vida cotidiana. Entre a aprendizagem inicial e a transformação das práticas sociais desenvolve-se um processo contínuo de experimentação, adaptação, reflexividade e reconstrução das rotinas, no qual os indivíduos reinterpretam os conhecimentos adquiridos à luz de suas experiências e dos contextos sociais em que vivem (Giddens, 1984; 1991).

É nesse contexto que as experiências imersivas assumem um papel central. Ao participar da vida cotidiana de uma ecovila, o indivíduo não apenas toma contato com informações sobre sustentabilidade, mas passa a integrar, ainda que temporariamente, um ambiente social

estruturado por regras, valores, práticas e formas de organização distintas daquelas predominantes em seu cotidiano. A aprendizagem ocorre por meio da participação direta nas atividades comunitárias, permitindo que conhecimentos relacionados à alimentação, à agroecologia, à bioconstrução, ao manejo dos recursos naturais, à governança participativa e às formas de convivência sejam vivenciados na prática, e não apenas compreendidos em nível discursivo (Malinowski, 1978; Geertz, 1989; Giddens, 1984).

Sob essa perspectiva, a experiência imersiva atua como mediação entre aprendizagem e prática. Mais do que transmitir conhecimentos, ela cria condições para que novos modos de agir sejam experimentados, avaliados e progressivamente incorporados às rotinas dos participantes. É justamente essa vivência prática que favorece a passagem do conhecimento discursivo para a consciência prática descrita por Giddens (1984), tornando possível que valores e práticas associados à cultura ecológica sejam posteriormente reinterpretados, adaptados e reproduzidos em diferentes contextos sociais.

Um Modelo Analítico para Compreender a Difusão da Cultura Ecológica

A articulação entre a Teoria da Difusão das Inovações e a Teoria da Estruturação permite compreender a difusão da cultura ecológica como um processo contínuo composto por diferentes momentos interdependentes. Inicialmente, as experiências imersivas proporcionam o contato direto dos participantes com práticas, conhecimentos, valores e formas de organização social desenvolvidas nas ecovilas. Nesse estágio, conforme proposto por Rogers (2003), ocorre o processo de comunicação, aprendizagem, avaliação e adoção das inovações.

Entretanto, a difusão não se encerra na adoção inicial. A incorporação dessas práticas às rotinas cotidianas depende de processos de experimentação, reflexividade e adaptação, por meio dos quais os participantes reinterpretam os conhecimentos adquiridos e os ajustam às condições de seus próprios contextos sociais (Giddens, 1984; 1991). Os vínculos estabelecidos durante a imersão frequentemente se prolongam por meio de redes presenciais e digitais, ampliando as oportunidades de troca de experiências, aprendizagem e fortalecimento das práticas compartilhadas.

Desse modo, a difusão da cultura ecológica pode ser compreendida como um processo que articula aprendizagem experiencial, adoção, incorporação, reflexividade, continuidade das interações sociais e reprodução das práticas em novos contextos. Mais do que a disseminação de

técnicas sustentáveis, trata-se da circulação de um sistema de valores, conhecimentos e formas de organização da vida social que é continuamente apropriado, reinterpretado e recriado pelos próprios atores sociais.

Considerações Finais da Fundamentação Teórica

A articulação entre a Teoria da Difusão das Inovações, de Everett Rogers, e a Teoria da Estruturação, de Anthony Giddens, permite compreender a difusão da cultura ecológica nas ecovilas como um processo social que ultrapassa a simples circulação de informações ou a adoção de técnicas sustentáveis. Enquanto Rogers oferece instrumentos para analisar como práticas, conhecimentos e formas de organização social são comunicados, percebidos e inicialmente adotados pelos participantes das experiências imersivas, Giddens possibilita compreender como essas práticas são apropriadas, reinterpretadas e incorporadas às rotinas cotidianas, passando a integrar processos permanentes de reprodução ou transformação da vida social.

Nessa perspectiva, as experiências imersivas não se configuram apenas como espaços de ensino ou de demonstração de tecnologias ambientalmente orientadas. Elas constituem contextos de aprendizagem experiencial nos quais os participantes vivenciam formas alternativas de organização da vida coletiva, desenvolvendo conhecimentos práticos, valores e modos de agir que podem ser posteriormente adaptados às diferentes realidades sociais. A continuidade das interações estabelecidas durante essas experiências, tanto em redes presenciais quanto em ambientes digitais, amplia as oportunidades de aprendizagem, fortalece a reflexividade dos participantes e favorece a circulação da cultura ecológica para além dos limites físicos das ecovilas.

Com base nessa articulação teórica, esta pesquisa compreende a difusão da cultura ecológica como um processo contínuo que envolve aprendizagem, adoção, incorporação, reflexividade, adaptação e reprodução das práticas sociais. Mais do que a disseminação de conhecimentos técnicos, trata-se da circulação de um sistema de valores, saberes e formas de organização da vida coletiva que é continuamente apropriado, reinterpretado e recriado pelos atores sociais em diferentes contextos. É a partir dessa perspectiva que se desenvolve a investigação empírica apresentada nas seções seguintes.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BLUMER, Herbert. **Symbolic Interactionism: Perspective and Method**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.
- DAWSON, Jonathan. **Ecovillages: New Frontiers for Sustainability**. Totnes: Green Books, 2006.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DESCOLA, Philippe. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GEN – GLOBAL ECOVILLAGE NETWORK. **Ecovillage Design Education: EDE Curriculum**. Findhorn: Global Ecovillage Network, 2017.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2019.
- GEERTZ, Clifford. **The Interpretation of Cultures: Selected Essays**. New York: Basic Books, 1973.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- GIDDENS, Anthony. **The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration**. Berkeley: University of California Press, 1984.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GILMAN, Robert. The Eco-village Challenge. **Context**, n. 29, 1991.
- HOLMGREN, David. **Permaculture: Principles and Pathways Beyond Sustainability**. Hepburn: Holmgren Design Services, 2002.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**.

11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LITFIN, Karen. **Ecovillages: Lessons for Sustainable Community**. Cambridge: Polity Press, 2014.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOLLISON, Bill. **Permaculture: A Designer's Manual**. Tyalgum: Tagari Publications, 1988.

PARSONS, Talcott. **The Social System**. Glencoe: Free Press, 1951.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ROGERS, Everett M. **Diffusion of Innovations**. 5th ed. New York: Free Press, 2003.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979